

Estados ajudam a elevar déficit público

BRASÍLIA — O rombo nas contas do setor público (União, estados e municípios) deu um salto de 18% e atingiu R\$ 14,4 bilhões em agosto. A informação, divulgada ontem pelo Banco Central (BC), comprova o agravamento da crise financeira dos estados e reforça a tendência do governo de manter, por enquanto, o aperto no crédito e os juros elevados. Em julho, o valor do buraco nas contas públicas era de R\$ 12,2 bilhões e estava próximo de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB). No mês seguinte, cresceu para 3,3% do PIB.

Os estados e municípios foram os principais responsáveis pelo agravamento do déficit público, que leva em conta receitas menos despesas, incluídos também os gastos com juros. Enquanto o rombo do governo federal e das

empresas estatais dava sinais de estabilização e até de redução, o dos estados e municípios subia de R\$ 8,7 bilhões para cerca de R\$ 10,9 bilhões em agosto.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, avalia que os gastos com pessoal e o aumento das despesas causado pela queda da inflação são os responsáveis por esse agravamento da situação financeira dos estados e municípios. Isto reforça, na avaliação da equipe econômica, a necessidade de os governadores promoverem um profundo corte nos seus gastos e uma reforma administrativa.

O próprio governo federal voltou a registrar, pelo segundo mês consecutivo, um déficit em suas contas, com os gastos superando

em R\$ 1,7 bilhão as receitas obtidas ao longo de agosto. No início do ano, a situação era diversa e as receitas eram cerca de R\$ 10,5 bilhões maiores que seus dispêndios totais. Os gastos com saúde e o funcionalismo público foram, neste caso, os causadores do problema.

Desempenho semelhante têm apresentado as estatais federais, estaduais e municipais, que iniciaram o ano numa situação confortável e com as receitas superando em R\$ 1,7 bilhão as despesas. Em agosto, a situação se reverteu e o déficit já havia chegado a 0,3% do PIB (R\$ 1,3 bilhão).

Alívio — A situação das contas estaduais e municipais estaria numa situação ainda pior se o BC, em junho do ano passado, não tivesse dado início ao proces-

so de troca dos títulos emitidos por estados e municípios por Letras do Banco Central (LBC). A operação permitiu que os estados refinanciassem sua dívida mobiliária (em títulos) a um custo mais baixo, economizando dinheiro com os juros de seus títulos, que chegaram a ficar 0,5% maiores que os dos papéis federais.

De acordo com informações divulgadas ontem pelo BC, os governadores e prefeitos já haviam trocado cerca de R\$ 26,1 bilhões de uma dívida total de R\$ 35,8 bilhões.

Uma pequena parcela de R\$ 7,1 bilhões ainda está com os governos estaduais e municipais. Mesmo assim, a taxa de juros hoje já baixou e está apenas 0,1% acima da cobrada pelo mercado nos títulos federais.